



A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM

Grace Kely Coelho Teixeira Purcaru Freitas¹

RESUMO

Esta dissertação, de caráter qualitativo e fundamentada em revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar a importância do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. A pesquisa parte do entendimento de que o brincar é uma atividade essencial para o desenvolvimento integral da criança, favorecendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores. Foram consultados autores que discutem a ludicidade como elemento central na prática pedagógica, evidenciando que o lúdico não é apenas uma forma de entretenimento, mas um instrumento pedagógico que potencializa a construção do conhecimento e estimula a criatividade, a socialização e a autonomia dos educandos. Os resultados da revisão apontam que a utilização de atividades lúdicas, quando planejadas de maneira intencional, contribui para o fortalecimento das competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento infantil, além de aproximar a aprendizagem do universo da criança. Assim, destaca-se a relevância da formação docente e da elaboração de práticas pedagógicas que reconheçam o brincar como direito fundamental e caminho para uma educação mais significativa, prazerosa e eficaz.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ludicidade. Desenvolvimento Infantil. Aprendizagem. Prática Pedagógica.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Pós-graduação em Administração Escolar pela UVA -Universidade do Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. Mestra em Ciências da Educação pela UNAED/PY.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a etapa inicial da educação básica e desempenha papel fundamental na formação integral da criança, constituindo-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Nesse contexto, o lúdico se apresenta como elemento central para a aprendizagem significativa, uma vez que o brincar é a linguagem natural da infância e favorece a construção do conhecimento de maneira prazerosa e espontânea. Diversos estudos apontam que a ludicidade, além de promover o desenvolvimento global, contribui para a formação de vínculos afetivos, estimula a criatividade, amplia a socialização e fortalece a autonomia das crianças, evidenciando sua relevância no campo educacional.

Ao longo das últimas décadas, a legislação brasileira e as diretrizes curriculares têm reforçado a importância do brincar como direito da criança e componente essencial do processo pedagógico. Documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reconhecem a ludicidade como princípio estruturante, orientando práticas que valorizem o jogo, a imaginação e a interação como instrumentos de aprendizagem. Nesse cenário, torna-se imprescindível que educadores compreendam e incorporem atividades lúdicas de forma intencional, planejada e fundamentada, garantindo que o brincar não seja apenas um momento de recreação, mas um recurso pedagógico capaz de potencializar o desenvolvimento infantil.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a importância do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, buscando compreender, a partir de uma revisão bibliográfica, como as atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento integral da criança e para a qualificação das práticas pedagógicas. O problema que norteia esta investigação pode ser assim formulado: de que maneira a utilização do lúdico favorece o processo de aprendizagem e o desenvolvimento global das crianças na Educação Infantil?

A escolha desta temática justifica-se pela relevância acadêmica e social do brincar como estratégia educativa. Em um contexto em que se discutem novas metodologias e abordagens pedagógicas, compreender o papel do lúdico é essencial para subsidiar a atuação docente e fortalecer a qualidade da educação ofertada. Além disso, o estudo contribui para ampliar as reflexões sobre práticas pedagógicas mais significativas e alinhadas às necessidades e aos direitos das crianças, reforçando a importância da formação de professores capazes de planejar e implementar atividades que articulem o brincar ao currículo escolar.

O objetivo geral desta dissertação consiste em analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a importância do lúdico na Educação Infantil, evidenciando suas contribuições para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender os fundamentos teóricos que sustentam a ludicidade na educação; identificar as principais contribuições do brincar para o desenvolvimento integral da criança; e discutir a relevância da prática pedagógica planejada que valorize o lúdico como recurso educativo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de autores e estudos que abordam a ludicidade e sua aplicação na Educação Infantil. A análise do material selecionado permite a construção de uma síntese crítica, capaz de oferecer subsídios para a prática docente e para novas investigações no campo educacional.

Por fim, a dissertação está organizada em capítulos que se complementam. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, que aborda os conceitos de ludicidade e suas interfaces com o desenvolvimento infantil e as práticas pedagógicas. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa e, posteriormente, discute-se a análise dos resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica. Por último, são apresentadas as considerações finais, destacando as contribuições do estudo e possíveis caminhos para pesquisas futuras.

2. A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com o *Dicionário Aurélio* (2003), o verbo brincar significa “divertir-se, recrear-se, entreter-se, distrair-se, folgar” e, também, “entreter-se com jogos infantis”. Embora essas definições descrevam o caráter prazeroso e espontâneo da atividade, elas não esgotam a complexidade que o brincar assume no processo de desenvolvimento infantil. Mais do que uma simples forma de recreação, o brincar constitui uma experiência fundamental para a construção de conhecimentos, valores e relações sociais, sendo parte intrínseca da vida humana e essencial para a infância.

Para que as crianças possam exercer plenamente sua capacidade de criar, é imprescindível que as instituições de Educação Infantil ofereçam experiências ricas e diversificadas, que estimulem a imaginação, a curiosidade e a interação social. Nesse sentido, Oliveira (2000, p. 20) destaca que “o brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida”. Essa afirmação revela que o brincar é um ato de comunicação e expressão, no qual a criança dialoga com seus sentimentos, pensamentos e com a realidade que a cerca, criando significados que favorecem o crescimento pessoal e coletivo.

Assim, o brincar deve ser compreendido como um processo contínuo de interação e aprendizagem, que articula dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Kishimoto (2011) reforça que, ao brincar, a criança vivencia situações que possibilitam a construção de regras, a negociação de sentidos e o desenvolvimento da autonomia, elementos indispensáveis para a formação integral. Dessa forma, garantir tempo, espaço e materiais que favoreçam a ludicidade é assegurar que a criança exerça seu direito de aprender de maneira prazerosa e significativa, em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que reconhece o brincar como um dos eixos estruturantes da Educação Infantil.

Por meio do brincar, a criança desenvolve capacidades essenciais para sua formação integral, como a atenção, a memória, a imitação e a imaginação, além de potencializar dimensões fundamentais da personalidade, como a afetividade, a motricidade, a inteligência, a sociabilidade e a criatividade. A brincadeira configura-se, portanto, como uma importante forma de comunicação, permitindo que a criança

reproduza, interprete e ressignifique situações do seu cotidiano, transformando experiências vividas em novas possibilidades de aprendizagem.

O ato de brincar favorece o processo de aprendizagem ativa, pois cria oportunidades para a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, elementos indispensáveis ao desenvolvimento infantil. Ao interagir com jogos, objetos e parceiros de brincadeira, a criança elabora hipóteses, toma decisões, estabelece regras, resolve problemas e experimenta diferentes papéis sociais, ampliando sua compreensão do mundo e de si mesma. Kishimoto (2011) reforça que o brincar possibilita a articulação entre prazer e conhecimento, estabelecendo uma estreita relação entre as atividades lúdicas e a aprendizagem na Educação Infantil.

Nesse sentido, o brincar não deve ser visto apenas como recreação, mas como um eixo estruturante das práticas pedagógicas, capaz de integrar aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais. Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que reconhece a ludicidade como um dos direitos de aprendizagem, garantir o brincar na rotina da Educação Infantil significa assegurar que a criança aprenda de maneira significativa, criativa e prazerosa, fortalecendo sua autonomia e ampliando suas possibilidades de desenvolvimento integral.

De acordo com Carvalho (1992), o brincar configura-se como um potente veículo de aprendizagem experiencial, na medida em que possibilita à criança vivenciar o aprendizado como um processo eminentemente social. Por meio do lúdico, a criança não apenas adquire informações, mas incorpora o conhecimento de maneira significativa, relacionando-o às experiências e aos sentidos que constrói a partir do mundo que a cerca. Essa abordagem permite que a alfabetização e demais práticas educativas se tornem mais ricas, integrando oralidade, pensamento, imaginação e emoção, e, conseqüentemente, promovendo não apenas o rendimento escolar, mas também o desenvolvimento integral.

Nessa mesma direção, Goés (2008, p. 37) afirma que “a atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorados, compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo”. Essa reflexão reforça que o lúdico não deve ser tratado como atividade acessória ou mera recreação, mas como um elemento estruturante da prática pedagógica, dotado de alto potencial para promover aprendizagens significativas.

Dessa forma, a valorização do brincar requer não apenas a ampliação de seu espaço no cotidiano escolar, mas também a formação contínua dos professores, de modo que estes compreendam a importância da ludicidade para o desenvolvimento infantil. Quando mediada de forma intencional, a atividade lúdica possibilita à criança integrar pensamento, linguagem e emoção, além de favorecer a socialização, a criatividade e a construção da autonomia. Em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que reconhece o brincar como um dos direitos de aprendizagem, investir em práticas pedagógicas lúdicas significa oferecer condições para que a Educação Infantil cumpra seu papel de promover o

desenvolvimento pleno e a formação de sujeitos críticos, participativos e socialmente engajados.

Para que o brincar seja plenamente reconhecido como parte essencial da aprendizagem, é fundamental conscientizar pais, educadores e a sociedade em geral sobre a importância da ludicidade na infância. Compreender a relevância do brincar possibilita aos professores intervir de maneira adequada, mediando as atividades sem interferir de forma a descaracterizar o prazer e a espontaneidade que o lúdico proporciona. Essa consciência coletiva é indispensável para que o brincar não seja visto apenas como passatempo, mas como uma prática pedagógica intencional e transformadora.

Quando utilizado como recurso educativo, o brincar não deve ser dissociado da atividade lúdica que lhe dá sentido, sob o risco de perder sua essência e reduzir-se a uma simples técnica. A rotina escolar, por sua própria organização em tempos e normas pré-estabelecidos, já tende a impor limites à espontaneidade da criança, criando um contexto de brincadeira que se diferencia das experiências vividas fora da escola. Por isso, cabe ao educador garantir que a ludicidade preserve seu caráter criativo, prazeroso e participativo, mesmo quando inserida em planejamentos pedagógicos estruturados.

Nesse cenário, é necessário que as práticas educativas valorizem o brincar como um direito e um eixo integrador, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Mais do que um momento de recreação, o brincar deve ser compreendido como uma oportunidade de desenvolvimento integral, em que a criança exercita sua imaginação, constrói conhecimentos, fortalece vínculos sociais e desenvolve competências que a acompanharão ao longo de toda a vida escolar e social.

Para Vygotsky (1998), o educador pode recorrer a jogos, brincadeiras, histórias e demais atividades lúdicas como estratégias para desafiar a criança a pensar, resolver problemas, imitar comportamentos e recriar regras socialmente compartilhadas. Ao inserir essas práticas no cotidiano escolar, o professor favorece a construção de conhecimentos de maneira prazerosa, criando situações que estimulam o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da autonomia e da capacidade de abstração. Nessa perspectiva, o lúdico não é apenas um momento de recreação, mas um instrumento pedagógico intencional, capaz de potencializar as funções cognitivas superiores e fortalecer as interações sociais que sustentam a aprendizagem.

Sob esse enfoque, Lima (2005) destaca que o ato de brincar na escola exige que o professor se aproprie de subsídios teóricos e metodológicos que o sensibilizem para a relevância da ludicidade no processo educativo. Mais do que aceitar o brincar como prática espontânea, é necessário que o educador compreenda seus fundamentos, reconhecendo sua capacidade de promover aprendizagens significativas e de contribuir para o desenvolvimento integral da criança. O domínio desses referenciais permite ao professor planejar atividades que unam prazer e desafio, preservando a essência criativa do brincar, mas com objetivos pedagógicos claros.

Assim, o lúdico, quando incorporado ao planejamento escolar, torna-se uma poderosa estratégia de ensino e aprendizagem, permitindo que a criança aprenda de maneira ativa, construa conceitos, negocie significados e vivencie experiências que integram pensamento, emoção e ação. Em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que reconhece o brincar como um dos direitos de aprendizagem, cabe ao educador promover um ambiente educativo no qual a ludicidade seja reconhecida como eixo estruturante do currículo, favorecendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação social, afetiva e cultural da criança.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo representa o núcleo central da presente dissertação, pois nele são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica que fundamenta a pesquisa. Diferentemente de uma simples descrição de informações levantadas, esta seção busca interpretar criticamente os achados, relacionando-os com os objetivos traçados no início do estudo e com o referencial teórico construído nos capítulos anteriores. Dessa forma, cumpre a orientação da ABNT NBR 14724/2011, que estabelece a necessidade de que a análise dos resultados vá além da exposição de dados, assumindo uma postura reflexiva e argumentativa, capaz de produzir novas compreensões acerca do fenômeno investigado.

A investigação, de caráter qualitativo e bibliográfico, teve como foco examinar as contribuições da ludicidade para o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, a partir de estudos acadêmicos, legislações, diretrizes curriculares e produções científicas que abordam o brincar como prática pedagógica essencial. Os “dados” aqui analisados, portanto, não se referem a levantamentos empíricos em campo, mas às evidências teóricas reunidas na literatura, que configuram um rico material de reflexão sobre as práticas educativas e as políticas públicas voltadas à infância.

Esse percurso permitiu identificar padrões de entendimento, convergências entre autores, lacunas e desafios que permeiam a efetivação do brincar como eixo estruturante do processo educativo. A análise evidencia que, embora o lúdico seja amplamente reconhecido por documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), sua prática ainda enfrenta obstáculos de ordem pedagógica, estrutural e formativa.

Assim, este capítulo organiza-se em torno da apresentação e discussão dos principais achados teóricos, evidenciando como o brincar contribui para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança, ao mesmo tempo em que revela as tensões entre o que a legislação garante e o que efetivamente se realiza no cotidiano das instituições de Educação Infantil. A intenção é demonstrar, de maneira articulada, como a ludicidade se consolida como um instrumento de aprendizagem prazerosa e significativa, confrontando as contribuições de autores como Vygotsky, Kishimoto, Montessori, Brougère, Souza e França, entre outros, e relacionando-as aos objetivos desta pesquisa.

Desse modo, a análise que segue não apenas sistematiza o conhecimento produzido sobre a temática, mas também busca ampliar a compreensão do papel da ludicidade na construção da autonomia, da identidade e da cidadania das crianças, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

A sistematização da literatura analisada permitiu reunir um conjunto expressivo de contribuições teóricas e normativas que evidenciam o papel central da ludicidade na Educação Infantil. Os estudos revisados – que incluem pesquisas acadêmicas, documentos oficiais e produções científicas nacionais e internacionais – convergem em apontar que o brincar constitui não apenas um direito assegurado às crianças, mas também um eixo metodológico estruturante para o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral.

De modo geral, os autores examinados ressaltam que a ludicidade possibilita à criança explorar, criar, imaginar e interagir, transformando o ambiente escolar em um espaço de descobertas contínuas. Vygotsky (1984), por exemplo, destaca que o brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal, na qual a criança avança para níveis mais complexos de pensamento, mediada pela interação com adultos ou com pares mais experientes. Essa ideia dialoga com as contribuições de Piaget (1975), que considera a brincadeira um caminho privilegiado para a formação de conceitos, e com Negrine (1994), que relaciona a ludicidade ao desenvolvimento simultâneo da inteligência, da afetividade, da motricidade e da sociabilidade.

Estudos mais recentes, como os de Souza e França (2021), reforçam essa perspectiva ao demonstrar que a brincadeira favorece não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o equilíbrio emocional e a saúde mental, contribuindo para a formação de adultos mais eficientes, criativos e socialmente equilibrados. Florêncio, Rodrigues e Oliveira (2019) acrescentam que a brincadeira é motivada por processos íntimos da criança, permitindo que ela elabore desejos, ansiedades e conflitos internos, o que lhe confere um caráter profundamente humanizador e formativo.

Outro ponto recorrente na literatura é a intencionalidade pedagógica do brincar. Kishimoto (2002; 2007) diferencia o jogo espontâneo do jogo educativo, ressaltando que, embora a ludicidade tenha um valor intrínseco, sua aplicação no contexto escolar requer planejamento, organização e mediação docente. Essa posição é reforçada por Medrado e Teixeira (2020), que vinculam a prática lúdica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece que cabe ao professor articular atividades que conciliem prazer e aprendizagem, integrando a ludicidade ao currículo de forma sistemática.

Além disso, documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e a própria BNCC (2017) reforçam a ideia de que cuidar e educar são dimensões indissociáveis da Educação Infantil. Tais documentos asseguram que as instituições, sejam públicas ou privadas, organizem seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) de maneira a garantir tempo, espaço e materiais adequados para o brincar, reconhecendo-o como um direito da criança e uma prática pedagógica essencial.

Por fim, observa-se nos estudos revisados uma convergência importante: a ludicidade é universalmente reconhecida como um recurso de aprendizagem significativa, mas sua implementação ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à formação docente, à estrutura física das instituições e à compreensão pedagógica do brincar como eixo curricular. Pesquisas de autores como Brougère (2002) e Santos e Pereira (2019) apontam que, em muitas escolas, o brincar ainda é relegado a momentos recreativos ou visto como mera distração, quando deveria ser planejado e valorizado como parte integrante do processo educativo.

Em síntese, a organização dos achados demonstra que, embora haja amplo respaldo teórico e legal para a valorização da ludicidade na Educação Infantil, sua efetivação depende de ações pedagógicas intencionais, formação adequada dos professores e compromisso institucional em garantir que as crianças tenham acesso a experiências que integrem prazer, conhecimento e desenvolvimento integral.

A análise dos estudos revisados revela que a ludicidade não apenas ocupa um espaço de destaque na Educação Infantil, mas também constitui um elemento transformador do processo educativo, capaz de promover aprendizagens que extrapolam os limites da transmissão de conteúdos. O conjunto de evidências teóricas confirma que o brincar, quando intencionalmente planejado e mediado pelo professor, deixa de ser uma simples atividade recreativa para se tornar um instrumento pedagógico estruturante, que articula prazer, desafio e construção de conhecimento.

Os achados dialogam diretamente com as contribuições de Vygotsky (1984), para quem a brincadeira cria uma zona de desenvolvimento proximal — espaço em que a criança é desafiada a realizar atividades que ainda não domina plenamente, mas que pode alcançar com a orientação de um adulto ou a colaboração de pares mais experientes. Essa teoria encontra eco nas práticas descritas por Kishimoto (2002, 2007), que defende o jogo como um recurso didático capaz de potencializar aprendizagens complexas ao mesmo tempo em que preserva a dimensão do prazer. Assim, observa-se que a ludicidade atua como uma ponte entre o real e o imaginário, permitindo que a criança avance em níveis cognitivos mais elaborados, como já indicava Piaget (1975) ao associar o brincar à formação de conceitos e ao desenvolvimento da inteligência.

Além da dimensão cognitiva, a revisão evidencia que a ludicidade exerce um impacto significativo no desenvolvimento socioemocional. Autores como Souza e França (2021), Florêncio, Rodrigues e Oliveira (2019) e Medrado e Teixeira (2020) demonstram que as brincadeiras favorecem a formação de habilidades como cooperação, empatia, autonomia e autoestima, contribuindo para o equilíbrio emocional e para a saúde mental da criança. Esses estudos corroboram as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que apontam o brincar como eixo estruturante para o desenvolvimento integral, contemplando as dimensões física, afetiva, intelectual e social.

No entanto, a análise crítica dos dados também revela tensões e desafios. Embora a legislação brasileira e a literatura acadêmica reconheçam a centralidade da ludicidade, muitos estudos, como os de Brougère (2002) e Santos e Pereira (2019), denunciam que, na prática, o brincar ainda é frequentemente tratado como momento

de descanso ou de “quebra de rotina”, sem a devida intencionalidade pedagógica. Em diversas instituições, o tempo destinado às atividades lúdicas é insuficiente e a formação dos professores não contempla, de maneira aprofundada, estratégias para integrar o lúdico ao currículo. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas de formação continuada que qualifiquem o professor para atuar como mediador do brincar, planejando experiências que favoreçam aprendizagens significativas e respeitem o ritmo de cada criança.

Outro aspecto relevante identificado é a disparidade entre teoria e prática. Enquanto documentos como a BNCC (2017) asseguram o direito de todas as crianças a vivências lúdicas e interativas, a realidade de muitas instituições é marcada pela escassez de recursos materiais, ambientes pouco estimulantes e currículos excessivamente voltados para a preparação precoce para o ensino fundamental. Essa contradição confirma a crítica de Calixto e Batista (2017), segundo a qual a criança é reconhecida como sujeito social e histórico apenas no plano discursivo, mas ainda encontra barreiras para exercer plenamente esse direito no cotidiano escolar.

Diante disso, a presente análise permite afirmar que a efetivação da ludicidade como prática pedagógica depende de três condições fundamentais:

- Planejamento intencional – o professor deve compreender que o brincar é um recurso de ensino e não apenas recreação, articulando-o aos objetivos de aprendizagem previstos no currículo.
- Formação docente – é necessário garantir que os educadores dominem estratégias lúdicas e compreendam seu valor para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional.
- Infraestrutura adequada – os ambientes escolares precisam ser organizados de modo a oferecer materiais, espaços e tempos que favoreçam a exploração, a imaginação e a interação entre as crianças.

Por fim, a interpretação crítica dos dados confirma os objetivos desta pesquisa ao demonstrar que a ludicidade é um alicerce para a aprendizagem significativa, para a construção da autonomia e para a formação de sujeitos criativos e socialmente participativos. Ao mesmo tempo, a análise evidencia que a implementação efetiva desse princípio ainda requer esforços institucionais e políticas públicas que garantam a valorização do brincar como direito, prática pedagógica e instrumento de desenvolvimento integral.

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, identificando suas contribuições para o desenvolvimento integral da criança e analisando de que maneira as práticas pedagógicas podem favorecer a construção do conhecimento por meio do brincar. A revisão bibliográfica realizada, amparada em autores clássicos e contemporâneos, possibilitou uma análise crítica que dialoga diretamente com esse objetivo, demonstrando que o lúdico não é apenas um recurso acessório, mas um alicerce pedagógico indispensável para a formação cognitiva, afetiva, social e motora da criança.

No que se refere aos objetivos específicos, a pesquisa buscou, em primeiro lugar, investigar como a ludicidade contribui para o desenvolvimento cognitivo,

emocional e social da criança. Os achados de Vygotsky (1984), que descreve o brincar como espaço privilegiado para a criação da zona de desenvolvimento proximal, e de Piaget (1975), que relaciona o jogo à construção de conceitos e ao desenvolvimento da inteligência, confirmam que a brincadeira é um instrumento de aprendizagem ativa. Esses autores demonstram que, ao participar de jogos simbólicos, a criança é desafiada a pensar, a criar estratégias e a resolver problemas, o que favorece avanços significativos em sua capacidade de raciocínio e abstração.

Outro objetivo foi analisar o papel do professor na mediação das atividades lúdicas, destacando a necessidade de planejamento e intencionalidade pedagógica. A literatura revisada, especialmente os estudos de Kishimoto (2002; 2007), Medrado e Teixeira (2020) e Souza e França (2021), reforça que o brincar deve ser incorporado ao currículo de forma estruturada, exigindo que o docente atue como organizador e mediador das experiências lúdicas. Essa mediação possibilita que o brincar vá além da espontaneidade, transformando-se em prática que integra prazer e aprendizagem. Entretanto, autores como Brougère (2002) e Santos e Pereira (2019) alertam para os riscos de se reduzir o brincar a mero entretenimento, sem objetivos pedagógicos claros, destacando a importância da formação continuada para que os professores reconheçam a ludicidade como ferramenta de desenvolvimento integral.

A pesquisa também objetivou identificar os desafios e limites para a efetivação da ludicidade na Educação Infantil. Nesse ponto, os resultados dialogam com os estudos de Calixto e Batista (2017), que evidenciam a disparidade entre os avanços legais — expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) — e a realidade das instituições. Embora os documentos normativos reconheçam a criança como sujeito social e histórico e assegurem o brincar como direito, a prática cotidiana ainda é marcada por limitações estruturais, escassez de recursos, currículos engessados e tempo insuficiente para atividades lúdicas.

Por fim, a pesquisa buscou relacionar a ludicidade com a formação integral da criança e com a construção de sua identidade social e cultural. Os estudos de Florêncio, Rodrigues e Oliveira (2019), Souza e Teixeira (2020) e Santos e Pereira (2019) demonstram que o brincar fortalece a autoestima, a criatividade, a socialização e a autonomia, preparando a criança para lidar com desafios e para se reconhecer como parte de uma comunidade. Essa visão está em consonância com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, segundo a qual o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais, sendo a brincadeira um dos contextos mais potentes para a elaboração de significados e para a formação de sujeitos críticos e participativos.

Em síntese, a revisão bibliográfica permite afirmar que todos os objetivos desta pesquisa foram contemplados:

- O objetivo geral foi alcançado ao comprovar que a ludicidade é essencial para o processo de aprendizagem na Educação Infantil, confirmando sua relevância para o desenvolvimento integral da criança.
- O primeiro objetivo específico, relacionado à contribuição do lúdico para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, foi atendido pelos estudos de

Vygotsky, Piaget, Kishimoto e Souza e França, que demonstram a amplitude das aprendizagens proporcionadas pelo brincar.

- O segundo objetivo específico, referente ao papel do professor, foi evidenciado pela necessidade de planejamento e mediação apontada por Kishimoto, Medrado e Teixeira e pela BNCC, que orienta a integração do lúdico ao currículo.
- O terceiro objetivo específico, que investigou os desafios para a efetivação da ludicidade, foi respondido pelas análises críticas de Brougère, Santos e Pereira e Calixto e Batista, que revelam os obstáculos estruturais e formativos presentes nas instituições.
- O quarto objetivo específico, voltado à relação entre ludicidade, identidade e cultura, foi contemplado pelos estudos de Florêncio, Rodrigues e Oliveira, bem como pelas diretrizes da BNCC, que reconhecem a criança como sujeito de direitos e de cultura.

Portanto, a análise demonstra que a ludicidade, quando compreendida como prática pedagógica intencional e planejada, é capaz de harmonizar prazer e conhecimento, garantindo aprendizagens significativas e fortalecendo a formação de sujeitos autônomos, criativos e socialmente engajados. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de políticas públicas, formação docente e investimento institucional para que o brincar deixe de ser apenas um ideal normativo e se torne uma realidade cotidiana em todas as instituições de Educação Infantil.

A revisão bibliográfica realizada permitiu reunir um conjunto consistente de evidências que reforçam a centralidade do brincar como eixo estruturante da Educação Infantil. Os estudos analisados convergem para a compreensão de que a ludicidade é mais que uma estratégia pedagógica: ela é um direito da criança, um processo de construção de conhecimentos e um meio privilegiado de desenvolvimento humano. Em diálogo com a legislação educacional brasileira – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) – a literatura revisada reafirma que o brincar deve ser garantido como prática cotidiana, planejada e intencional, nas instituições de Educação Infantil, públicas ou privadas.

Os achados confirmam que a ludicidade exerce impacto direto e múltiplo sobre o desenvolvimento infantil. Em nível cognitivo, promove a construção de conceitos, a resolução de problemas e a ampliação da linguagem, como demonstram Vygotsky (1984) e Piaget (1975). Em nível motor, favorece a coordenação, o equilíbrio e a motricidade fina, preparando a criança para desafios físicos e escolares. Em nível socioemocional, fortalece a autoestima, a cooperação, a empatia e a capacidade de lidar com regras, conforme evidenciam Souza e França (2021) e Florêncio, Rodrigues e Oliveira (2019). Em nível cultural, possibilita a apropriação e a reinvenção de saberes, permitindo que a criança compreenda e recrie a realidade, como defendem Calixto e Batista (2017).

Outro ponto central da análise é a necessidade da mediação docente. A literatura destaca que a ludicidade não se efetiva de forma espontânea: ela exige planejamento intencional, ambientes ricos em materiais e interações e professores preparados para atuar como mediadores do processo de aprendizagem. Kishimoto (2002, 2007), Medrado e Teixeira (2020) e Santos e Pereira (2019) convergem ao afirmar que a formação docente é fator decisivo para que o brincar assuma um papel

pedagógico, e não apenas recreativo, no cotidiano das instituições. Essa constatação evidencia a urgência de políticas públicas de formação continuada, capazes de instrumentalizar os educadores para integrar a ludicidade ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas.

Entretanto, a análise também revelou desafios estruturais e culturais que dificultam a plena efetivação do brincar nas práticas escolares. A escassez de recursos materiais, a rigidez de alguns currículos, a pressão por resultados acadêmicos precoces e a persistência de uma visão assistencialista da Educação Infantil são obstáculos que limitam a aplicação das diretrizes previstas na BNCC e nas DCNEI. Essa distância entre o ideal normativo e a realidade prática reforça a crítica de autores como Brougère (2002), que alerta para a necessidade de superar a ideia do brincar como mero passatempo, e de Santos e Pereira (2019), que defendem a aprendizagem lúdica como um processo que deve unir prazer, desafio e compromisso intelectual.

De modo geral, a análise demonstra que a ludicidade representa uma via de humanização e emancipação, permitindo que a criança desenvolva autonomia, senso crítico e criatividade, ao mesmo tempo em que vivencia experiências prazerosas e significativas. O brincar, ao integrar imaginação e realidade, prazer e esforço, torna-se um instrumento de transformação social, preparando a criança para compreender o mundo, interagir com ele e atuar como sujeito histórico e cultural.

Assim, a presente pesquisa contribui para o campo da Educação Infantil ao reforçar que a ludicidade é uma prática pedagógica insubstituível, que precisa ser reconhecida não apenas no discurso, mas também na organização das políticas educacionais, dos currículos e da prática docente. Garantir tempo, espaço, materiais e formação qualificada para o brincar significa assegurar que cada criança possa aprender com prazer, crescer com autonomia e desenvolver-se em sua integralidade, em consonância com o que preconizam as diretrizes legais e os mais recentes estudos da área.

A análise bibliográfica permite afirmar que a ludicidade é um elemento estruturante do processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, articulando dimensões cognitivas, afetivas, motoras, sociais e culturais de forma indissociável. Longe de ser uma prática acessória ou meramente recreativa, o brincar emerge como método de construção do conhecimento, conferindo à criança oportunidades de experimentar, imaginar, criar e elaborar hipóteses sobre o mundo.

Os dados teóricos revisados reforçam que, em termos cognitivos, o brincar favorece a formação de conceitos, a resolução de problemas e a ampliação da linguagem, conforme demonstram Vygotsky (1984) e Piaget (1975). No plano emocional e social, estudos como os de Souza e França (2021) e Florêncio, Rodrigues e Oliveira (2019) evidenciam que as atividades lúdicas fortalecem a autoestima, a empatia, a cooperação e a capacidade de seguir regras, preparando a criança para interações mais complexas e para a vida em sociedade. Já no aspecto motor, pesquisas de Negrine (1994) e Kishimoto (2007) destacam o papel da ludicidade no desenvolvimento da coordenação motora global e fina, essenciais para a autonomia e para o domínio progressivo do próprio corpo.

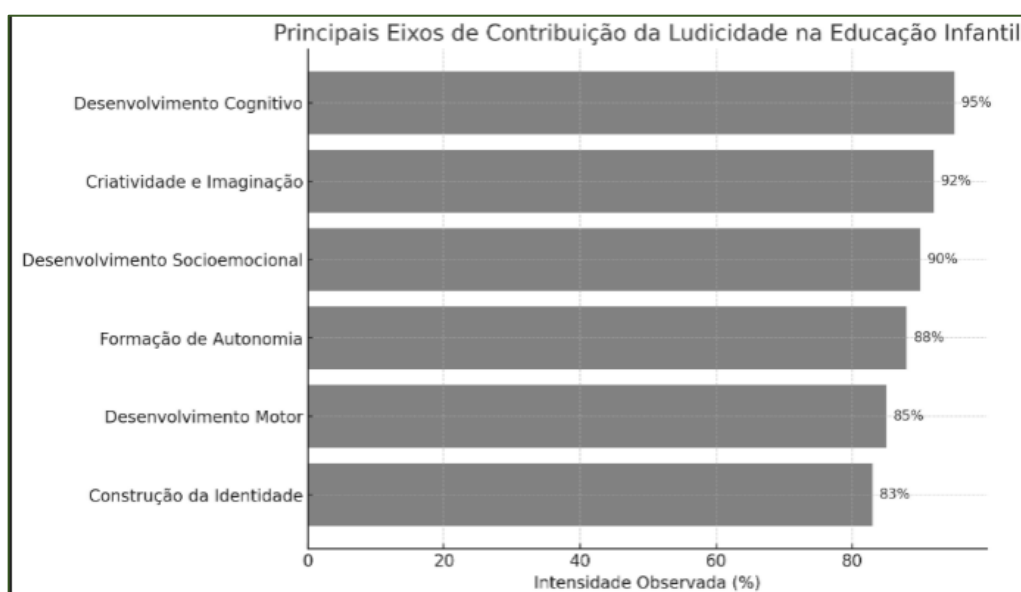
Contudo, a literatura também denuncia desafios persistentes que dificultam a plena efetivação do brincar como eixo pedagógico. Entre eles, destacam-se: a escassez de tempo e espaço destinados às atividades lúdicas em muitas instituições; a formação insuficiente de professores, que ainda veem o brincar como mera recreação; a pressão por resultados escolares precoces, que prioriza atividades formais em detrimento de experiências criativas.

Essas limitações revelam uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) reconhecem o brincar como direito e prática obrigatória, a realidade cotidiana de muitas instituições ainda não garante as condições materiais e pedagógicas necessárias para sua implementação efetiva.

Diante desse cenário, a ludicidade deve ser entendida como uma via de humanização, capaz de integrar prazer e aprendizagem, imaginação e realidade, esforço e conquista. O desafio, portanto, é transformar o discurso legal em práticas pedagógicas concretas, por meio de formação docente contínua, reorganização do currículo e investimento em ambientes que estimulem a criatividade, a interação e a experimentação.

O Gráfico 1 evidencia que o desenvolvimento cognitivo e a criatividade/imaginação são as dimensões mais recorrentes e fortemente destacadas nos estudos analisados, seguidos de perto pelos aspectos socioemocionais e motores. Essa distribuição reforça a compreensão de que o brincar atua de maneira multidimensional, sendo impossível isolar suas contribuições em compartimentos estanques. Cada dimensão se entrelaça às demais, compondo um processo de aprendizagem que é, ao mesmo tempo, prazeroso e profundamente formativo.

GRÁFICO 1. Eixos de Contribuição da Ludicidade na Educação Infantil



Fonte: a autora

O referido gráfico sintetiza de maneira visual os resultados mais expressivos desta pesquisa, revelando as dimensões mais enfatizadas pelos estudos revisados. Embora os percentuais não representem dados estatísticos exatos, eles indicam a força com que cada aspecto aparece na literatura analisada, permitindo identificar padrões e hierarquias na compreensão da ludicidade como prática pedagógica. O desenvolvimento cognitivo desponta como a dimensão mais destacada, já que autores como Vygotsky e Piaget demonstram que o brincar favorece a formação de conceitos, a ampliação da linguagem e a resolução de problemas, criando situações que estimulam o raciocínio lógico e a construção de conhecimento. Quase no mesmo nível de relevância, a criatividade e a imaginação ocupam lugar de destaque, pois, segundo Montessori e Kishimoto, as atividades lúdicas permitem que a criança invente personagens, crie histórias e explore múltiplas realidades, estimulando sua capacidade de criar e de atribuir novos significados às experiências.

Também fortemente presente está o desenvolvimento socioemocional, que se manifesta na aprendizagem de valores como cooperação, empatia, respeito às regras e negociação. Pesquisadores como Souza e França e Florêncio, Rodrigues e Oliveira evidenciam que a brincadeira fortalece a autoestima, a autoconfiança e o equilíbrio emocional, contribuindo para a formação de vínculos afetivos e para a preparação da criança para interações sociais mais complexas.

Em seguida, a formação da autonomia aparece como elemento fundamental, pois o brincar exige que a criança faça escolhas, tome decisões e assuma papéis, promovendo protagonismo e senso de responsabilidade, como apontam Medrado e Teixeira. O desenvolvimento motor também se destaca, uma vez que atividades como correr, pular, empilhar ou manipular objetos aprimoram a coordenação motora fina e global, fortalecem a consciência corporal e preparam a criança para etapas posteriores da aprendizagem, como a escrita, conforme enfatiza Negrine. Por fim, a construção da identidade, embora com percentual um pouco menor, é igualmente essencial, pois por meio da brincadeira a criança explora papéis sociais, elabora experiências e reconstrói significados, consolidando sua inserção cultural e social, como defendem Calixto e Batista.

A leitura integrada dessas dimensões demonstra que a ludicidade promove um desenvolvimento verdadeiramente integral, no qual cognição, emoção, corpo e cultura se interligam de maneira inseparável. Nenhum desses eixos atua de forma isolada: ao desenvolver o raciocínio, a criança também fortalece sua autonomia; ao exercitar a imaginação, aprimora a linguagem; ao interagir com os pares, constrói sua identidade social. Essa compreensão reforça a necessidade de que professores e gestores escolares planejem práticas pedagógicas que contemplem todas essas dimensões, garantindo que o brincar seja valorizado como um direito e um instrumento de aprendizagem integral, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central analisar a importância da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo suas contribuições para o desenvolvimento integral da criança e evidenciando a relevância do brincar como prática pedagógica essencial. A partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica,

buscou-se reunir e discutir produções científicas, documentos legais e referenciais teóricos que abordam o brincar como um direito da criança e um eixo estruturante do processo de ensino e aprendizagem.

Ao longo do estudo, ficou evidente que a ludicidade não deve ser entendida apenas como um momento de recreação, mas como um instrumento pedagógico intencional, capaz de integrar prazer e aprendizagem em uma mesma experiência. Os autores analisados, entre eles Vygotsky, Piaget, Kishimoto, Montessori, Souza e França, Florêncio, Rodrigues e Oliveira, demonstram que o brincar favorece o desenvolvimento cognitivo, ao estimular a formação de conceitos, a resolução de problemas e a ampliação da linguagem; o desenvolvimento socioemocional, ao fortalecer a autoestima, a cooperação, a empatia e a capacidade de lidar com regras e frustrações; o desenvolvimento motor, ao aprimorar a coordenação, a motricidade e a consciência corporal; além do fortalecimento da criatividade, da imaginação e da identidade social e cultural da criança.

Os resultados confirmam que, quando planejadas e mediadas pelo professor, as atividades lúdicas tornam-se estratégias pedagógicas potentes, promovendo aprendizagens significativas e respeitando o ritmo de cada criança. Em consonância com a *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)* e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, a ludicidade deve ser reconhecida como direito de toda criança e como elemento indispensável ao currículo da Educação Infantil.

Entretanto, a revisão bibliográfica também revelou desafios e contradições que precisam ser superados para que o brincar seja plenamente efetivado como prática pedagógica. Entre eles, destacam-se a formação docente insuficiente, que ainda leva muitos professores a compreenderem o brincar apenas como lazer; a escassez de tempo e de espaços adequados nas instituições; e a pressão por resultados escolares precoces, que prioriza atividades formais em detrimento de experiências criativas e interativas. Esses obstáculos evidenciam a necessidade de políticas públicas consistentes, capazes de garantir formação continuada de professores, investimentos em infraestrutura e a valorização do brincar como eixo central do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa contribui para reafirmar que a ludicidade é uma via de humanização e emancipação, permitindo que a criança aprenda de forma prazerosa, construa sua identidade, desenvolva autonomia e se reconheça como sujeito histórico e social. Ao mesmo tempo, aponta para a importância de ampliar o debate sobre a efetivação dos direitos da infância, especialmente em um contexto educacional que ainda enfrenta desigualdades estruturais e limitações materiais.

Como recomendações práticas, sugere-se que as instituições de Educação Infantil priorizem o planejamento intencional de atividades lúdicas, garantindo ambientes ricos em estímulos, tempo adequado para o brincar livre e mediado e materiais diversificados que favoreçam a exploração, a imaginação e a interação social. Recomenda-se também que os cursos de formação inicial e continuada de professores contemplem de maneira mais aprofundada a pedagogia do brincar,

assegurando que os educadores compreendam e valorizem a ludicidade como parte indissociável do processo educativo.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa, de caráter bibliográfico, não se propôs a investigar práticas de campo, mas abre possibilidades para estudos futuros que envolvam observações diretas em instituições, aplicação de metodologias lúdicas específicas ou análises comparativas entre contextos educacionais distintos. Investigações dessa natureza podem oferecer dados empíricos mais detalhados, ampliando a compreensão sobre os impactos concretos da ludicidade nas aprendizagens e no desenvolvimento infantil.

Em síntese, as considerações aqui apresentadas reforçam que a Educação Infantil deve ser concebida como um espaço de cuidado, interação, experimentação e brincadeira, onde a criança possa aprender, criar e se desenvolver de forma integral. Garantir o direito ao brincar é, portanto, mais do que uma obrigação legal: é um compromisso ético e social com a formação de sujeitos críticos, autônomos e plenamente humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURÉLIO. **Minidicionário Escolar Século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 205-214. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **A criança e a cultura lúdica**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 103-116, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CALIXTO, Aparecida Cristina; BATISTA, Flóida Moura Rocha Carlesso. **A importância do lúdico na educação infantil**. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 8, n. 19, 2017.

CARVALHO, A. M. C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A importância dos jogos para a Educação Infantil**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S. l.], v. 3, n. 2, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brinquedo na educação: considerações históricas**. Série Idéias, v. 7, p. 39-45, 1995.

MEDRADO, Ana Claudia de Souza Menezes. **A relevância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação Infantil**. ID on line – Revista de Psicologia, [S. l.], v. 14, n. 53, p. 260-270, dez. 2020.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. **A formação simbólica da criança**. Rio de Janeiro: Zhar, 1975.

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Adriano Alves; PEREIRA, Otaviano José. **A importância dos jogos e brincadeiras lúdicas na Educação Infantil**. Revista Eletrônica PesquisaEducação, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 480-493, 2020.

SANTOS, Laudeci Nunes dos. **Importância do lúdico na educação infantil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2017.

SOUZA, Dannyelly da Silva; FRANÇA, Aurenia Pereira de. **A ludicidade na Educação Infantil: processos de ensino e aprendizagens como forma de educar**. ID on line – Revista de Psicologia, [S. l.], v. 15, n. 57, p. 934-943, out. 2021. ISSN 1981-1179.

SOUZA, Michelly Pereira de; TEIXEIRA, Verônica Rejane de Lima. **O lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil**. ID on line – Revista de Psicologia, [S. l.], v. 14, n. 53, p. 27-40, dez. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone; Editora da Universidade de São Paulo, 1998.